

Não há competência sem tempo: por que precisamos repensar a formação em Medicina Veterinária? A implementação das novas DCNs somente será bem-sucedida se houver coerência entre as competências esperadas e o tempo pedagógico necessário para desenvolvê-las

Maria Lucia Zaidan Dagli

Professora Titular, Departamento de Patologia, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. Presidente da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP (2025-2027). Apamvet, Cadeira no. 27.



Ilustração criada por Ivete Silva, com auxílio do Gemini

Resumo: A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Medicina Veterinária em agosto de 2019, inaugurou um novo paradigma para a formação profissional: priorizou o desenvolvimento de competências e habilidades em substituição ao modelo tradicional centrado na transmissão de conteúdo. Decorridos sete anos, este artigo discute os desafios inerentes à implementação das DCNs, defendendo que a formação baseada em competências exige coerência entre os objetivos educacionais, as metodologias de ensino, a infraestrutura disponível e, sobretudo, o tempo pedagógico necessário para a consolidação da aprendizagem. A manutenção de currículos concebidos para uma realidade profissional menos complexa tornou-se insuficiente após a ampliação do escopo de atuação do médico-veterinário, impulsionada pelos avanços científicos e tecnológicos

e pelas demandas da abordagem Uma Só Saúde (*One Health*). Analisamos criticamente a expansão de cursos noturnos e das modalidades de ensino à distância, destacando que determinadas competências essenciais da Medicina Veterinária dependem de atividades práticas presenciais, treinamento supervisionado e vivências em ambientes profissionais reais. Conclui-se que a efetiva implementação das novas DCNs requer uma revisão estrutural da formação em Medicina Veterinária no Brasil, incluindo a adequação da carga horária e o fortalecimento dos cenários de aprendizagem, de modo a assegurar que os egressos desenvolvam as competências técnicas, científicas, éticas e humanísticas exigidas não somente pelas DCNs, mas também pela sociedade.

Palavras-chave: Medicina Veterinária, Educação, Competências, Habilidades, Diretrizes Curriculares.

Contextualização

A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Medicina Veterinária em agosto de 2019, (BRASIL, 2019) representa um dos avanços mais importantes da educação veterinária brasileira nas últimas décadas. Mais do que uma atualização curricular, as novas diretrizes propõem uma mudança de paradigma: deixam para trás um modelo centrado predominantemente na transmissão de conteúdo para adotar uma formação orientada pelo desenvolvimento de competências e habilidades.

Essa transformação acompanha um movimento internacional na educação das profissões da saúde. Hoje, espera-se que o egresso não apenas detenha conhecimentos técnicos, mas que seja capaz de utilizá-los para resolver problemas complexos, tomar decisões fundamentadas em evidências científicas, comunicar-se de forma eficaz, atuar eticamente, trabalhar em equipes multiprofissionais e adaptar-se a uma realidade científica e tecnológica em permanente evolução.

Existe uma questão que precisa ser enfrentada com objetividade: Não há competência sem tempo.

Pode parecer uma afirmação simples, mas ela resume um dos principais desafios da implementação das novas DCNs. Competências não são transmitidas em aulas expositivas, tampouco se desenvolvem apenas pela leitura de livros ou pela memorização de conteúdo. Elas são construídas por meio de experiências sucessivas de aprendizagem, prática supervisionada, reflexão crítica, integração entre conhecimentos, resolução de problemas e avaliação contínua.

Desenvolver competências exige tempo pedagógico

Essa constatação leva inevitavelmente a uma reflexão que talvez seja a mais importante para o futuro da Medicina Veterinária brasileira: será possível formar o profissional previsto nas novas DCNs mantendo praticamente a mesma estrutura curricular e a mesma carga horária concebidas para uma realidade profissional diferente da atual? A resposta parece ser não.

A Medicina Veterinária mudou profundamente nas últimas décadas. O médico-veterinário deixou de atuar apenas na clínica e na produção animal para assumir funções estratégicas na saúde pública, na vigilância epidemiológica, na segurança dos alimentos, na conservação da biodiversidade, na pesquisa biomédica, na medicina comparada, na gestão ambiental, na inovação tecnológica e na abordagem *One Health*, que integra a saúde humana, animal e ambiental.

Ao mesmo tempo, novas áreas do conhecimento passaram a fazer parte da rotina profissional. Inteligência artificial, bioinformática, medicina de precisão, biologia molecular, genômica, transcriptômica, ciência de dados,

diagnóstico digital e ferramentas computacionais estão transformando rapidamente a prática veterinária.

Paradoxalmente, enquanto a profissão torna-se mais complexa, muitos currículos continuam limitados pelo mesmo tempo disponível para formar profissionais cuja atuação hoje é incomparavelmente mais ampla do que aquela existente quando grande parte dos cursos foi estruturada.

Essa discrepância torna-se ainda mais evidente quando se analisa o conceito de competência profissional. Saber realizar um procedimento clínico não significa apenas conhecer sua técnica. É necessário compreender seus fundamentos científicos, reconhecer suas indicações e limitações, interpretar exames complementares, comunicar riscos ao responsável pelo animal, tomar decisões éticas, trabalhar em equipe e acompanhar criticamente os resultados obtidos. Cada competência representa a integração de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Essa integração não ocorre automaticamente; exige oportunidades repetidas de aprendizagem prática e reflexão.

As próprias metodologias recomendadas pelas novas DCNs evidenciam essa necessidade. Aprendizagem baseada em problemas, simulações clínicas, estudos de caso, atividades interprofissionais, projetos integradores, pesquisa científica, extensão universitária e estágios supervisionados demandam mais tempo de formação do que modelos tradicionais centrados em aulas expositivas.

Por isso, discutir a ampliação da carga horária dos cursos de Medicina Veterinária não significa defender currículos mais longos ou excessivamente carregados de disciplinas. Significa reconhecer que existe um tempo mínimo necessário para que competências complexas sejam efetivamente construídas.

Essa discussão é centrada necessariamente em uma questão de responsabilidade social. A sociedade espera profissionais preparados para proteger a saúde animal, contribuir para a saúde pública, garantir a segurança dos alimentos, atuar em emergências sanitárias, desenvolver inovação e enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, e as doenças emergentes. Não se pode exigir esse perfil profissional sem oferecer condições adequadas para sua formação.

Infraestrutura e recursos pedagógicos

Além do tempo pedagógico para atender aos requisitos das DCNs é indispensável também investir em infraestrutura, hospitais veterinários, laboratórios, centros de simulação, fazendas experimentais, programas de extensão e capacitação docente. A educação baseada em competências exige ambientes de aprendizagem ricos, professores preparados para novas metodologias e sistemas de avaliação capazes de verificar não apenas o que o estudante sabe, mas o que efetivamente consegue fazer.

Competências transversais e incorporação de novas tecnologias

Outro aspecto frequentemente negligenciado é o desenvolvimento das competências transversais. Comunicação, liderança, pensamento crítico, ética, gestão, empreendedorismo, inteligência emocional e trabalho em equipe são hoje atributos tão importantes quanto o domínio técnico. Essas competências somente se consolidam por meio de experiências práticas e de vivências diversificadas ao longo do curso.

A incorporação da inteligência artificial ilustra bem essa transformação. Ferramentas capazes de interpretar imagens, analisar grandes bases de dados ou auxiliar no diagnóstico estarão cada vez mais presentes na Medicina Veterinária. Contudo, elas não substituirão o julgamento clínico, a responsabilidade ética nem a capacidade de integrar informações complexas. Ao contrário, exigirão profissionais ainda mais bem preparados para utilizar criticamente essas tecnologias.

As novas Diretrizes Curriculares oferecem, portanto, uma oportunidade histórica para reposicionar a Medicina Veterinária brasileira entre as mais avançadas do mundo. Contudo, sua implementação não pode restringir-se à reorganização de disciplinas ou à revisão de ementas. É necessário alinhar objetivos educacionais, metodologias de ensino, formas de avaliação, infraestrutura e, sobretudo, o tempo disponível para a formação.

Nenhuma reforma curricular será plenamente bem-sucedida se permanecer uma contradição fundamental: ampliar significativamente a quantidade e o nível das competências esperadas dos egressos sem ampliar, na mesma proporção, as oportunidades de aprendizagem necessárias e o tempo para desenvolvê-las.

Em educação, os resultados dependem de coerência. Se desejamos formar um médico-veterinário preparado para responder aos desafios científicos, tecnológicos e sociais do século XXI, precisamos construir currículos compatíveis com essa ambição. Isso significa reconhecer que competências demandam experiências, experiências demandam prática, e prática demanda tempo.

Expansão dos cursos de Medicina Veterinária

Outro tema que merece reflexão, diz respeito à expansão dos cursos de Medicina Veterinária oferecidos em período noturno e à crescente utilização do ensino a distância (EAD). Embora essas modalidades ampliem o acesso ao ensino superior, é legítimo questionar se conseguem proporcionar, em sua plenitude, as condições necessárias para o desenvolvimento das competências previstas nas novas DCNs. A formação do médico-veterinário depende intensamente de atividades práticas em hospitais veterinários, laboratórios, fazendas de ensino, frigoríficos, centros de diagnóstico, biotérios e ambientes de produção animal,

muitos dos quais possuem funcionamento limitado ou reduzido no período noturno. A simples transmissão de conteúdos teóricos não é suficiente para formar profissionais aptos a enfrentar a complexidade da prática veterinária.

O mesmo raciocínio aplica-se ao ensino a distância. As tecnologias digitais representam ferramentas extraordinárias para complementar a aprendizagem, ampliar o acesso a conteúdos de excelência, favorecer metodologias híbridas e estimular a educação continuada. Entretanto, elas não substituem experiências práticas indispensáveis à formação profissional. O desenvolvimento de habilidades clínicas, cirúrgicas, laboratoriais, de inspeção de alimentos, de manejo e contenção de animais, de comunicação com tutores e de tomada de decisão em situações reais exige supervisão presencial, treinamento repetido e contato direto com diferentes espécies e contextos profissionais. A inovação tecnológica deve ser incorporada ao ensino veterinário como aliada da formação, mas não pode prescindir dos cenários práticos que constituem a essência de uma profissão cuja responsabilidade envolve simultaneamente a saúde animal, a saúde pública e a proteção da sociedade.

O verdadeiro desafio das novas DCNs não é apenas definir um novo perfil de egresso. É criar as condições para que esse profissional possa, de fato, ser formado.

Porque, em última análise, não há competência sem tempo para formá-la e consolidá-la.

Bibliografia

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **Competency-Based Veterinary Education (CBVE) Framework**. Schaumburg, IL: AVMA, 2022. Disponível em: <https://www.aavmc.org/resource/competency-based-veterinary-education-cbve-framework/>. Acesso em: 23 jul. 2026.
2. BAILLIE, S. et al. **A European Association of Establishments for Veterinary Education (EAEVE) initiative to develop guidelines to assist veterinary education establishments in reviewing their approaches to assessing for Day One Competences**. In: VETED SYMPOSIUM, 2024. **Poster...** [S. l.]: VetEd, 2024. Disponível em: <https://veted2024.exordo.com/programme/presentation/128>. Acesso em: 23 jul. 2026.
3. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 199-201, 16 ago. 2019.
4. FRANK, J. R. et al. Competency-based medical education: theory to practice. **Medical Teacher**, [S. l.], v. 32, n. 8, p. 638-645, 2010. DOI: 10.3109/0142159X.2010.501190.
5. FRENK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. **The Lancet**, [S. l.], v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010.
6. WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **One Health Joint Plan of Action (2022–2026)**. Geneva: WHO, 2022.
7. WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH. **Recommendations on the Competencies of Graduating Veterinarians (Day 1 Graduates)**. Paris: WOAH, 2023.